

Para os classistas, a magreza das pautas pode representar ameaça e gerar um relacionamento conflituoso com o juiz togado a quem cabe presidir as Juntas, como no episódio acima citado, em que o Juiz Presidente negou-se a enxertar órgãos postiços no corpo da pauta para fazer-lhe artificialmente balofa.

É compreensível que os vogais sintam-se prejudicados com a redução de seus vencimentos como decorrência da escassez de demandas nas pequenas Juntas. Todavia, eticamente é insustentável a idéia de direcionar a pauta para proveito pessoal de quem quer que seja.

Por uma pauta “light”.

No mundo em que vivemos, em que existe uma busca por um corpo esteticamente apresentável e razoavelmente sadio, não se justifica a gula insaciável das pautas que a tudo e a todos devora, nem tampouco a anorexia das que parecem fadadas a sucumbir de inanição.

É preciso lutar por uma pauta “light”, símbolo do equilíbrio, que tantas vezes é associado à idéia de justiça.

Tenho consciência de que a luta não será fácil e que a tentativa de superação das distorções parece uma aventura quixotesca. Será preciso engenho e arte.

Mesmo assim insisto em perguntar: é o juiz quem faz a pauta ou a pauta que faz o juiz?

DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO PARA APRECIAR, CONCILIAR E/OU JULGAR AÇÃO PROPOSTA POR TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS, CONTRA O ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO

Arnóbio Teixeira de Lima (*)

1. Introdução.

O trabalhador avulso a que nos referimos, é aquele que compõe a força supletiva sindical, formada por pessoas de diferentes profissões que, apesar de não serem sindicalizadas, são cadastradas perante o sindicato e que, quando da elevação de mão-de-obra portuária, são convocadas para execução de trabalhos ocasionais, mediante remuneração paga pelos tomadores do serviço, com intermediação sindical.

Com o advento da Lei Nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências, além de outras regras, os operadores portuários foram obrigados a

instituir um órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, nos termos do art. 18 e seguintes daquela norma, ficando também estabelecido os modos de composição e administração do citado órgão.

Estabeleceu ainda a lei referendada, arts. 58/59, o direito a uma indenização aos trabalhadores portuários avulsos, desde que atendidos os requisitos estipulados, quando requerido o cancelamento de seus registros profissionais, perante o órgão de gestão de mão-de-obra.

Diante de tais normativos e, entendendo-se com direito aos benefícios da lei apontada, varias foram as ações ajuizadas perante a Justiça do Trabalho, aforadas pelos trabalhadores avulsos, contra os Órgãos de Gestão de Mão-de-obra do Trabalho Portuário, os chamados OGMOS, visando o recebimento da indenização preconizada nos art. 58 e 59, da mencionada lei.

Constatou-se e constata-se, portanto, que as ações foram ajuizadas pelos trabalhadores avulsos, contra os órgãos gestores de mão-de-obra, figurando no polo ativo da demanda os trabalhadores avulsos e na situação passiva os gestores de mão de obra.

**(*) Arnóbio Teixeira de Lima é
Juiz do Trabalho Substituto da
13ª Região.**

Tecidas estas considerações, passemos à análise da competência judicial para apreciação do litígio envolvendo as duas entidades.

2. Da competência para apreciar a lide.

A propósito do tema, a questão da competência envolvendo o litígio em apreciação, está diretamente relacionada à matéria a ser examinada, porquanto de índole absoluta, que nos termos do art. 113, do C.P.C., há de ser declarada de ofício.

A questão competencial da Justiça do Trabalho restou disciplinada no art. 114, da Constituição Federal, nos seguintes termos:

“ Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controversas decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas. ”

Conforme se verifica do texto constitucional, a Justiça do Trabalho é competente para conciliar e julgar dissídios, quer individuais ou coletivos, decorrentes das relações de trabalho entre empregados e empregadores, inclusive envolvendo os entes da administração Municipal, Estadual, Distrital ou Federal, quando estes assumirem a condição de empregadores, ou seja, quando formalizarem contrato de trabalho, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Disciplinou também o normativo enfocado, que a Justiça do Trabalho ainda é competente, dentre outras regras de pouco interesse nesta oportunidade, para dirimir outras controversas decorrentes da relação de trabalho.

Dai se conclui que a Justiça do Trabalho somente é competente para conciliar e julgar, dissídios individuais e/ou coletivos, quando estes tenham como figurante nos pólos ativos e passivos da demanda, empregados e empregadores, bem assim, outras controversas decorrente das relação de trabalho, acrescentamos por que implícito, entre empregados e empregadores.

Desse modo, salvo quando a competência decorre de lei, a exemplo da pequena empreitada, art. 652, III, da CLT, a competência da Justiça do Trabalho restringe-se aos litígios envolvendo empregados e empregadores.

Assim, analisada a questão sob o enfoque da relação de trabalho, elemento chave e definidor da competência da Justiça do Trabalho, nos preceitos do art. 114, da Constituição Federal de 1988, para a hipótese versada, o art. 20, da Lei Nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências, estabelece o seguinte:

“ O exercício das atribuições previstas nos arts. 18 e 19 desta Lei, pelo órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário avulso, não implica vínculo empregatício com trabalhador portuário avulso”.

Exsurge do dispositivo supra, que inexistente relação de emprego entre os trabalhadores portuários avulsos e o órgão gestor de mão-de-obra, e, por dedução lógica, tem-se que a Justiça do Trabalho é incompetente para conciliar e julgar os feitos decorrentes desta relação, uma vez que, se por disposição legal não há vínculo empregatício entre o OGMOS e o trabalhador portuário avulso, em decorrência lógica inexistente relação de emprego, e, se não existe relação de emprego, não há que se falar em controvérsias envolvendo empregado e empregador, e, ainda, se a avença envolvendo os avulsos e os OGMOS, não envolve empregado e empregador, a Justiça do Trabalho é incompetente para apreciá-la, nos termos do art. 114, da Constituição Federal.

Noutro norte, pelas regras impostas aos OGMOS, conforme disciplina os arts. 18 e 19, da Lei Nº 8.630/93, **estes entes não admitem, não assalariam, não**

dirigem a prestação dos serviços e nem assumem o risco de empreendimentos, pelo que, não podem ser considerados empregadores, nem tampouco, sujeito passivo na ralação processual laboral, uma vez que, na Justiça do Trabalho para a formação processual, regra geral, necessário se faz a presença do empregado, do empregador e do Estado, elementos sem os quais, mesmo que se admita a competência da junta por vias transversas, ainda assim, por obrigação de ofício, haverá de ser extinto o processo sem julgamento do mérito, nos precisos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil, por ausência de uma das condições da ação, qual seja, a legitimação das partes.

3. Do entendimento jurisprudencial.

Noutro diapasão, não se pode esquecer que há uma corrente entendendo que em decorrência da equiparação do trabalhador avulso, aos trabalhadores com vínculo empregatício, oriunda da Constituição Federal(art. 7º, XXXIV), a Justiça do Trabalho é competente para dirimir os litígios entre os avulsos e os OGMOS. Neste Ponto, aplaudimos o avanço do posicionamento, mas dele divergimos, porque a competência instituída pelo art. 114 da CF, refere-se unicamente a litígios envolvendo empregados e empregadores e, não sendo empregador a entidade gestora de mão-de-obra, não se configura o tripé que dá alicerce a competência. Do contrário, estar-se-ia, a admitir o vínculo empregatício em relação a partes sem qualidades para o encargo.

Doutra parte, é certo que a Constituição Federal equiparou os direitos do avulso aos direitos do trabalhador com vínculo empregatício. No entanto, não é menos verdade que a norma referendada trata de direito material e o art. 114, da mesma Carta Constitucional trata da definição da competência da Justiça do Trabalho, porquanto de índole processual, originária de gênese distinta da regra do art. 7º do mesmo diploma.

Não se pode negar a equiparação dos direitos do avulso ao direito dos demais trabalhadores Celetistas, o que não se pode admitir, é que em razão de direitos adquiridos, matizados e insertos na ordem jurídica substantiva, se queira modificar as regras de competência até então contidas no art. 114, da Carta Constitucional. Aquelas têm origem e sustentação, especialmente em princípios sociais, decorrentes da sedimentação histórica dos povos, em função das conquistas das classes em face da necessidade de suprimimento das desigualdades sociais, fato que a coletividade tenta combater desde os primórdios da humanidade. Enquanto que estas, têm origem nos princípios necessários à adequação da prestação jurisdicional, na definição da competência para apreciar e decidir sobre os interesses em conflito, em razão do exercício do direito.

Acerca do assunto, Moacyr Amaral Santos leciona a seguinte teor:

“ Enquanto as leis materiais criam direitos e obrigações ou definem situações, ou seja, tutelam determinadas categorias de interesses e, quando em conflito, declaram qual dos interesses em conflito se acha protegido pelo direito, as leis processuais se destinam a realizar aquelas leis em face de um concreto conflito de interesses ”. (MOACYR AMARAL SANTOS - Primeiras Linhas de Direito Processual Civil - 1º volume - Saraiva - 1995, pág. 24).

Destarte, não há que se confundir o direito adquirido do avulso, com as regras da competência instituída pelo Art. 114, da Constituição de 1988. A título de exemplo, é verdade que em qualquer regime de trabalho, seja ele estatutário ou celetista, os trabalhadores e/ou servidores têm direito a férias, portanto, ambos possuem direitos iguais, neste aspecto. Entretanto, não se pode admitir que o servidor, sujeito ao regime estatutário venha reclamar suas férias perante o Poder Judiciário Trabalhista, e nem tampouco, que o trabalho regido pela CLT, regra geral, seja discutido perante a justiça comum, posto que, as regras de direito material são distintas daquelas atinentes ao direito processual. Disciplinando a primeira, o direito da parte e a segunda o local e o modo, onde e como exercê-lo.

Noutra vertente, adotando posição diferenciada, mas neste mesmo direcionamento, julgados outros, em litígios envolvendo as mesmas partes, declaram a competência da Justiça do Trabalho, alicerçando a declaração competencial nas regras insertas no art. 643, consolidado.

É merecedora de aplausos a declaração da competência por este vértice. Contudo, de tal posicionamento ousamos divergir, e o fazemos, em atenção às disposições contidas no normativo abalizado, pois, conforme se extrai das regras ali inseridas, a Justiça do Trabalho somente é competente para conciliar e julgar as demandas envolvendo empregados avulsos e seus tomadores de serviços.

Desse modo, sabendo-se que os Órgãos Gestores de Mão-de-obra, por disposição de lei, art. 20, da Lei Nº 8.630/93, no exercício de suas atribuições, não supõe vínculo de emprego com os trabalhadores avulsos, bem como, que as atribuições do ente gestor de mão-de-obra, não se confundem com as atividades do tomador dos serviços, apresenta-se-nos, inaplicáveis as regras emanadas do art. 643, da consolidação das Leis do Trabalho, às causas envolvendo trabalhadores avulsos dos portos e os órgãos gestores de mão-de-obra. Mesmo porque, se admitirmos tal hipótese, enveredaremos por caminhos tortuosos no campo da competência, e estaremos a admitir a competência da justiça obreira, para apreciar e julgar as questões envolvendo associado e sua representação sindical, pois, a questão é a mesma, e, nem aqueles nem estes, são empregados e/ou empregadores, uns dos outros.

Diante da questão que se nos apresenta, manifestamos entendimento de que as causas envolvendo os trabalhadores portuários avulsos e os Órgãos Gestores de Mão-

de-obra, nos termos da Lei Nº 8.630/93, igualmente aquelas envolvendo associados e entidades de classe, ressalvadas as hipóteses em que se está a discutir relação de emprego entre as partes, são da competência residual da Justiça Comum Ordinária, em razão da competência a ela atribuída.

4. Conclusão.

1. Os trabalhadores portuários avulsos, não são empregados dos órgãos gestores de mão-de-obra instituídos pela Lei nº 8.630/93;

2. Nas causas envolvendo trabalhadores portuários avulsos e os órgãos gestores de mão-de-obra, ressalvados os casos em que se estiver discutindo relação de emprego entre este e aquele, não se aplicam as regras da competência contidas no art. 643, da CLT;

3. As causas em que os trabalhadores portuários avulsos, promovem contra o órgão gestor de mão-de-obra, na busca dos benefícios indenizatórios da Lei nº 8.630/93, devem ser dirimidas pela Justiça Comum Ordinária, em face da competência residual, sendo a Justiça do Trabalho incompetente, em razão da matéria, para apreciar, conciliar e julgar tais controvérsias.

TERCEIRIZAÇÃO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA X RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA(*)

André Wilson Avelar de Aquino ()**

Historicamente, muito se tem debatido a respeito do tema “Terceirização”, tendo se tornado um dos mais controvertidos, em matéria de Direito do Trabalho. Em tempos de globalização da economia, em que as empresas buscam novos mercados, necessitando adaptar-se às regras mundiais de competitividade, a questão da redução dos custos da produção revela-se primordial.

O problema, contudo, do respeito à intenção, no mais das vezes identificada, de utilização desse expediente, com vistas a fraudar os direitos trabalhistas dos empregados.

Tem-se notícia a respeito de movimentos que se posicionaram contrariamente à intermediação de mão-de-obra, sempre ao argumento de proteger o trabalhador, hipossuficiente na relação, no que se refere às garantias mínimas, legalmente asseguradas.